



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**19/01/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUÍZES.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. VARA CRIMINAL.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CORREIÇÕES.....	4
3.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	5 - 8
3.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	9 - 10
4. JORNAL EXTRA	
4.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	11
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	12 - 13
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	14
6.2. JUÍZES.....	15
6.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	16
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. JUÍZES.....	17 - 18
7.2. PRESIDÊNCIA.....	19
7.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	20
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	21 - 22
8.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	23 - 24
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. COMARCAS.....	25
9.2. DECISÕES.....	26
9.3. JUÍZES.....	27
9.4. PRESIDÊNCIA.....	28
9.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	29 - 33
9.6. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	34 - 35

## Judiciário, Executivo, MP e OAB alinham ações relativas ao sistema carcerário

*Uma nova reunião será realizada em 30 dias  
para avaliar medidas que estão sendo tomadas*

Representantes dos poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público do Maranhão e Ordem dos Advogados – Seccional Maranhão, reuniram-se, nesta quarta-feira (18), na sede Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para discutirem questões relacionadas à crise carcerária e definirem ações conjuntas para pacificação da população carcerária e prevenção de rebeliões.

Durante a reunião, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, falou sobre a necessidade de se efetivar um trabalho em conjunto entre as instituições estaduais, no sentido de se fazer um esforço concentrado para tomada de decisões e ações, a fim de buscar soluções para a crise. No dia 12 de janeiro, ele participou de reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, com todos os presidentes de Tribunais do país para tratar da situação dramática do sistema prisional brasileiro.

“Juizes, promotores, defensores, advogados precisam estar envolvidos em uma meta conjunta com o Executivo. O problema não é só do Executivo, mas de toda a sociedade. É o que a Igreja chama de pecado social. Todos nós temos nossa parcela de responsabilidade”, frisou o presidente.

Cleones destacou o papel do Judiciário na solução da problemática carcerária e explicou que o principal foco, no Judiciário, é a questão processual. “Não podemos chamar para si a responsabilidade do Executivo, mas nós devemos cumprir a nossa parte que é diminuir sensivelmente o número de presos provisórios e fazer os julgamentos dos que estão pendentes”, esclareceu. Segundo dados oficiais do TJMA, compilados pela Unidade de Monitoramento Carcerário, atualmente existem 5.022 presos provisórios no Estado.

Além do presidente do TJMA, estavam presentes na reunião a corregedora-geral da Justiça, desembargador Anildes Cruz; o chefe do MPMA, procurador-geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Filho; o presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Ângelo Santos; a diretora-geral do TJMA, juíza Isabella Lago; entre outras autoridades.

**AÇÃO INICIAL** – O presidente do TJMA informou que foi expedido Ofício Conjunto, assinado por ele e pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, aos juizes criminais do Maranhão, por determinação da presidente do STF e CNJ, ministra Cármen Lúcia, para que em 60 dias fossem conclusos e julgados os processos criminais com réus provisórios. Além disso, foi determinada às secretarias judiciais, a atualização no sistema Themis em 15 dias, sob pena de responsabilidade.

O defensor público-geral do Estado do Maranhão, Werther de Moraes Lima Júnior, falou sobre a necessidade de resolver problemas relacionados à expedição da Guia de Recolhimento (Carta de Guia) de presos provisórios pelos magistrados. Sobre isso, o presidente ressaltou que já estão sendo expedidos ofícios aos juizes para identificação dos presos provisórios sem as guias. Werther também informou que a Defensoria do Maranhão está organizando uma força-tarefa, no dia 20 de janeiro, para análise de processos e atendimento presencial de internos da Unidade Prisional de Resocialização São Luís III.

O promotor de justiça, José Cláudio Cabral Almada Marques, defendeu que existe uma deficiência nas políticas públicas e a necessidade de medidas efetivas para o combate à criminalidade em seu local de origem. “Precisamos fazer um diagnóstico nas nossas comunidades e atacarmos as causas. As medidas emergenciais são necessárias, mas não resolvem o problema”, destacou.

**SUPERLOTAÇÃO** – Para o desembargador Cleones Carvalho, antes de tudo, o maior problema enfrentado é a superlotação. “Se não houvesse a superlotação, o controle em cima das facções seria muito mais efetivo, e aí incluímos também as condições sub-humanas”, disse. Em contrapartida, ele destacou melhorias observadas nos presídios estaduais, no que diz respeito ao controle de entrada de telefones e chips com a utilização de sistemas modernos de scanner de pessoas (body scanner) e a melhora no tratamento de familiares, que agora possuem estruturas mais dignas para a espera durante as visitas.

Sobre a construção de novos presídios, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, informou que houve recebimento de verbas para a construção de novas carcerárias no Estado, o que será feito num período de dois anos. A informação já havia sido comunicada ao TJMA pelo secretário de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, em reunião realizada pelo presidente da Corte em 9 de janeiro. Segundo ele, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional.

*Assessoria de Comunicação do TJMA*

## Novo presidente da Associação Comercial faz visita ao TJMA



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu em seu gabinete, na manhã desta terça-feira (17), Felipe Mussalém, presidente da Associação Comercial do Maranhão para o biênio 2017/2018. Aproveitando a visita de cortesia, ele convidou o presidente do TJMA para sessão solene de posse da nova diretoria e da comissão fiscal da ACM, que ocorrerá no dia 1º de fevereiro.

Durante o encontro, Felipe Mussalém, falou sobre a importância de se dar continuidade ao trabalho de aproximação da ACM com o Judiciário maranhense e sobre o trabalho a ser desenvolvido na nova gestão. “Temos uma liderança jovem à frente de uma casa tradicional, mas que está muito preparada. Esperamos poder promover ações que unam ainda mais as duas entidades”, frisou.

O desembargador Cleones Cunha destacou que o Judiciário estadual está à disposição para apoiar as ações da nova gestão.

Também participou da reunião, o vice-presidente da ACM, Antonio Gaspar (conselheiro da OAB – Seccional do Maranhão).

# ROTAM prende homem com Mandado de Prisão por roubo

*O crime de roubo teria acontecido em março de 2012*



Divulgação

**Francisco Pereira, no momento da prisão.**

**Antônio Pinheiro**

No período da manhã de quarta-feira (18) por volta das 10h30, policiais da ROTAM, pertencentes ao 14º Batalhão, fizeram a prisão de Francisco Almeida Ferreira, em desfavor do mesmo havia um Mandado de Prisão Preventiva, pelo crime de roubo, a ação aconteceu na avenida Jacob.

Os policiais da ROTAM tiveram o

apoio do Serviço de Inteligência do 14º Batalhão da Polícia Militar, o crime praticado por Francisco Almeida foi em 26 de março de 2012, o Mandado de Prisão é da 3ª Vara Criminal, com validade até 03 de novembro de 2021. O preso foi apresentado na 10ª Delegacia Regional de Segurança, no final da tarde dessa quarta-feira ele foi encaminhado para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz- UPRI 2.

# Comarca segue em correição ordinária

Trabalhos deverão ser encerrados amanhã, mas juiz adianta que ação poderá ser prorrogada

## MAGALHÃES DE ALMEIDA

Serão encerradas amanhã as atividades correicionais na Comarca de Magalhães de Almeida. O juiz Isaac Diego Vieira de Sousa, titular da Comarca de São Bernardo, informa que, a exemplo de outras unidades judiciais em todo o estado, a correição começou no último dia 11. Caso os trabalhos não sejam concluídos amanhã, poderá haver a prorrogação por mais cinco dias, mediante autorização da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ).

De acordo com a portaria assinada pelo magistrado, todas as audiências designadas para o período citado foram suspensas. Os prazos processuais também estão suspensos. Pessoas em geral podem apresentar reclamação ou sugestão enquanto durar as atividades correicionais. Foi formulado convite à Ordem dos Advogados Seccional do

Maranhão (OAB), para acompanharem, desde o início e até o encerramento, todos os atos da correição.

Houve, além da publicação no Diário da Justiça Eletrônico, a comunicação no Tribunal de Justiça e à Corregedoria Geral da Justiça.

## Objetivo

A correição visa analisar, por amostra, a regularidade na tramitação dos processos, medir o tempo médio de duração do processo, mensurar o tempo de duração do atendimento ao público, verificar as condições prediais e patrimoniais dos fóruns e de acondicionamento dos processos, dentre outros.

Ao final dos trabalhos, o corregedor ou juiz auxiliar responsável elabora relatório circunstanciado dos trabalhos e dos fatos constatados na correição, com conclusão pela regularidade ou não dos serviços. ●

Biaman Prado



# Emagrecedor é recolhido após morte de mulher

Medida é cautelar porque produto não tem registro, diz Vigilância Sanitária

Família de vítima oficializa pedido de investigação dos efeitos da noz-da-índia

Muitos que consomem dizem que o emagrecedor é natural e não faz mal

CIDADES 2

# Após morte, Vigilância Sanitária recolhe noz-da-índia do comércio

Funcionária pública utilizou a semente por dois meses e teve comprometimento no pâncreas e no fígado; produto foi suspenso pela Vigilância Sanitária

**A** Vigilância Sanitária Municipal recolheu ontem, de feiras, lojas de produtos naturais e farmácias o artigo conhecido como noz-da-índia. A ação veio após a morte de Rachel Cristina Ferreira Araújo. Segundo a família, ela utilizava a semente há pelo menos dois meses como agente emagrecedor e faleceu, supostamente, vítima dos efeitos colaterais do produto, que promete eliminar gordura, combater a celulite, tonificar os músculos, entre outras soluções.

Segundo a vigilância, a medida é uma apreensão cautelar, baseada no artigo 10, inciso IV, da Legislação Sanitária Federal, que caracteriza como infração extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insu- mos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, cor- relatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interes- sem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autoriza- ções do órgão sanitário competen- te ou contrariando o disposto na le- gislação sanitária pertinente.

Os produtos vendidos em São Luís não possuem nenhuma auto- rização ou registro para comercia- lização, e as embalagens, na maio- ria possuem apenas o nome do produto e mais nada, o que caracte- riza a infração. Ontem, na maio- ria das lojas da cidade, o produto já havia sumido das prateleiras.

## Venda

Quem trabalha com o produto res- salta que ele nunca foi vendido es- condido e nem é proibido no esta- do. Segundo Isabella Gama, que afirma ser pioneira na venda em São Luís, na capital maranhense existem diversos estabelecimentos que vendem outro tipo de semen- te, conhecida como “chapéu-de- napoleão”, como se fosse a noz-da-índia. O chapéu, sim, seria alta- mente tóxico e causaria distúrbios digestivos, entre outras complica- ções, caso seja engolido.

“Antes de sair acusando e cul- pando a noz-da-índia verdadeira pela morte de alguém, é preciso in- vestigar e provar, por meio de exa- mes, o que realmente aconteceu, e é importante ressaltar que nem to- das as pessoas podem fazer o uso da semente e tem de ter consciên- cia disso”, afirmou a vendedora.

Isabella Gama ainda frisou que antes de começar a vender fez o uso da noz por seis meses, e nesse tem- po perdeu 17 kg, um feito nunca antes alcançado com nenhum ou- tro produto. Como as pessoas viam o efeito, ela passou a comercializar e a se utilizar como vitrine. Isso foi há três anos e nesse tempo todo nenhuma de suas clientes apresentou problemas.

Ainda segundo a vendedora, existem restrições quanto ao uso do produto, que ela faz questão de re- passar aos seus clientes. Entre es- sas restrições estão pessoas com problemas cardíacos, urológicos,

gastrointestinais, hepáticos, em pe- ríodo de gravidez ou amamentação, idosos, crianças, alérgicos e pessoas em qualquer tipo de tratamento médico. “Tudo isso é citado, expli- cado e ressaltado para todas as clientes. Acredito na eficácia do pro- duto que vendo e tenho várias clientes satisfeitas para comprova- rem que nunca existiu qualquer ca- so de doença causada pela noz-da-índia, trabalhamos com a orienta- ção para os clientes e não vende- mos semente para pessoas que não podem fazer o uso”, revelou.

## Óbito

Rachel Araújo faleceu na noite de quinta-feira, dia 12, após ter apre- sentado pelo menos cinco episó- dios de diarreia com fezes líquidas, sem sangue, ao mesmo tempo em que tinha vômitos e dores abdomi- nais. A cunhada de Rachel, a médi- ca pediatra Marizélia Ribeiro, pen- sou a princípio que se tratasse de um episódio infeccioso.

A situação, no entanto, evoluiu para uma hemorragia digestiva e terminou no óbito da paciente. Os exames solicitados durante esse tempo teriam apontado altos índi- ces de comprometimento no pân- creas e no fígado de Rachel. O ates- tado de óbito mostrou a causa da morte como choque hipovolêmico,

hemorragia digestiva, infarto me- sentérico, hipertensão arterial, es- teatose hepática e congestão pas- siva do fígado.

A família soube que Rachel uti- lizava a noz-da-índia, às vésperas da morte, quando ela já estava in- ternada na área vermelha, para pa- cientes graves da UPA. Na ocasião, a cunhada teria ouvido de funcio- nários da UPA que outras pessoas já haviam sido internadas ali por causa do uso da semente.

Edwilson Araújo, irmão de Ra- chel, e sua esposa Marizélia Ribe- ro, já protocolaram nas vigilâncias sanitárias municipais e estaduais solicitações para uma investigação mais aprofundada sobre os reais efeitos da noz-da-índia, tanto no que se diz respeito aos seus efeitos benéfico, quanto aos possíveis ma- lefícios. A princípio, tanto a Secre- taria de Estado de Saúde (SES) quanto Secretaria Municipal de Saúde (Semus) emitirão uma nota técnica sobre o produto e proceder com o recolhimento do mesmo das prateleiras, até que haja um estudo mais completo sobre o caso. ●

 **VÍDEO NA  
VERSÃO DIGITAL**

[oestadoma.com](http://oestadoma.com)

Biaman Prado



Produto é comercializado no Brasil com resultados positivos para muitas pessoas; mas há contraindicações

## O QUE É NOZ-DA-ÍNDIA?

É um tipo de semente, cujo nome científico é *Aleuritesmoluccana*. A ela foi atribuída a característica de auxiliar na perda de peso. É uma substância completamente natural, que também promete reduzir o colesterol e triglicérides; combater a celulite; reduzir a fome e a vontade de comer doces; atenuar a ansiedade; prevenir a prisão de ventre; prolongar a sensação de saciedade; melhorar a textura da pele e dar brilho aos cabelos.

## SAIBA MAIS

Em nota, a Superintendência de Vigilância Sanitária do Maranhão (Suvisa) informou que determinou a suspensão da comercialização do produto Noz da Índia, tendo em vista os relatos recentes de pessoas doentes e uma notificação de óbito, em investigação. A Suvisa informou que o produto, indicado para emagrecimento, não possui comprovação da eficácia e da segurança do seu uso, além de não possuir registro no Ministério da Saúde. A Superintendência

alertou, também, para a suspensão imediata do consumo da noz-da-índia. Nos casos de pessoas que adoeceram após uso do produto, as autoridades sanitárias do município ou do Estado devem ser notificadas para as providências cabíveis. Por fim, a Superintendência esclarece que por se tratar de produto sem registro, os estabelecimentos que estão comercializando a noz-da-índia estarão sujeitos às penalidades sanitárias previstas em lei.

# Judiciário, Executivo, MP e OAB discutem o sistema carcerário

Reunião aconteceu ontem no TJMA, e na ocasião foram debatidas ações conjuntas para pacificação da população carcerária e prevenção de rebeliões; um novo encontro será realizado em 30 dias para avaliar medidas que estão sendo tomadas

Divulgação



A reunião ocorrida no Tribunal de Justiça contou com a participação de representantes de diversos órgãos

**R**epresentantes dos poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público do Maranhão e Ordem dos Advogados – Seccional Maranhão reuniram-se ontem, na sede Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para discutir questões relacionadas à crise carcerária e definir ações conjuntas para pacificação da população carcerária e prevenção de rebeliões.

Durante a reunião, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, falou sobre a necessidade de se efetivar um trabalho em conjunto entre as instituições estaduais, no sentido de se fazer um esforço concentrado para tomada de decisões e ações, a fim de buscar soluções para a crise. No dia 12 deste mês, ele participou de reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, com todos os presidentes de Tribunais do país, para tratar da situação dramática do sistema prisional brasileiro.

“Juizes, promotores, defensores, advogados precisam estar envolvidos em uma meta conjunta com o Executivo. O problema não é só do Executivo, mas de toda a sociedade. É o que a Igreja chama de pecado social. Todos nós temos nossa parcela de responsabilidade”, frisou o presidente.

## Questão processual

Cleones destacou o papel do Judiciário na solução da problemática carcerária e explicou que o principal foco, no Judiciário, é a ques-

tão processual. “Não podemos chamar para si a responsabilidade do Executivo, mas nós devemos cumprir a nossa parte, que é diminuir sensivelmente o número de presos provisórios e fazer os julgamentos dos que estão pendentes”, esclareceu. Segundo dados oficiais do TJMA, compilados pela Unidade de Monitoramento Carcerário, atualmente existem 5.022 presos provisórios no Estado.

Além do presidente do TJMA, estavam presentes na reunião a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz; o chefe do MPMA, procurador-geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Filho;

o presidente da OAB-MA, Thiago Diaz; o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Ângelo Santos; a diretora-geral do TJMA, juíza Isabella Lago; entre outras autoridades.

## Ação inicial

O presidente do TJMA informou que foi expedido Ofício Conjunto, assinado por ele e pela corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, aos juizes criminais do Maranhão, por determinação da presidente do STF e CNJ, ministra Cármen Lúcia, para que em 60 dias fossem conclusos e julgados os processos criminais

com réus provisórios. Além disso, foi determinada às secretarias judiciais, a atualização no sistema Themis em 15 dias, sob pena de responsabilidade.

O defensor público-geral do Estado do Maranhão, Werther de Moraes Lima Júnior, falou sobre a necessidade de resolver problemas relacionados à expedição da Guia de Recolhimento (Carta de Guia) de presos provisórios pelos magistrados. Sobre isso, o presidente ressaltou que já estão sendo expedidos ofícios aos juizes para identificação dos presos provisórios sem as guias. Werther também informou que a Defensoria do Maranhão está orga-

## MAIS

### As audiências de custódias

Na reunião de ontem, também foram destacadas questões operacionais sobre a realização das audiências de custódia (que consiste na garantia da rápida apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante), com relação ao deslocamento de presos para as audiências nos fóruns. Para a solução dessas e de outras questões levantadas, o presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha marcou outra reunião, após 30 dias, com a presença dos representantes das secretarias de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP).

nizando uma força-tarefa, no dia 20 de janeiro, para análise de processos e atendimento presencial de internos da Unidade Prisional de Resocialização São Luís III.

O promotor de Justiça, José Cláudio Cabral Almada Marques, afirmou que existe uma deficiência nas políticas públicas e a necessidade de medidas efetivas para o combate à criminalidade em seu local de origem. “Precisamos fazer

um diagnóstico nas nossas comunidades e atacarmos as causas. As medidas emergenciais são necessárias, mas não resolvem o problema”, destacou.

### Superlotação

Para o desembargador Cleones Carvalho, antes de tudo o maior problema enfrentado é a superlotação. “Se não houvesse a superlotação, o controle em cima das facções seria muito mais efetivo, e aí incluímos também as condições sub-humanas”, disse. Em contrapartida, ele destacou melhorias observadas nos presídios estaduais, no que diz respeito ao controle de entrada de telefones e chips com a utilização de sistemas modernos de scanner de pessoas (*body scanner*) e a melhora no tratamento de familiares, que agora possuem estruturas mais dignas para a espera durante as visitas.

Sobre a construção de novos presídios, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, informou que houve recebimento de verbas para a construção de novas carcerárias no Estado, o que será feito num período de dois anos. A informação já havia sido comunicada ao TJMA pelo secretário de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, em reunião realizada pelo presidente da Corte em 9 de janeiro. Segundo ele, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional. ●

## Municípios maranhenses assumem campanha contra as drogas

A Coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre consumo de drogas entre jovens, deputada federal Eliziane Gama (PPS-MA) disse que está muito otimista com o engajamento dos municípios maranhenses na campanha sobre drogas no Maranhão.

“A gente precisa envolver a sociedade. Estamos indo em todas as cidades do Maranhão para apresentar esta campanha. Precisamos de ação sincronizada e ar-

ticulada em cada município com envolvimento dos órgãos”, afirmou Eliziane Gama.

Esta semana ela esteve em vários municípios e informou que continuará apresentando a campanha nas demais cidades do Estado, para depois realizar o lançamento oficial da campanha no Maranhão.

Nas audiências em todos os municípios houve a participação de representantes do Ministério Público, Justiça, Polícia Militar, Polícia

Civil, Conselhos Tutelares, agentes de saúde, pastores, lideranças religiosas e fazedores de cultura.

O prefeito de Chapadinda-MA, Magno Bacelar parabenizou a deputada Eliziane Gama pelo trabalho desenvolvido no Parlamento e pela iniciativa de promoção da campanha. Ele disse que Chapadinda já está engajada na campanha contra as drogas.

“Temos que lutar e defender nossas famílias. Estamos aqui de braços abertos

para contribuir com esta campanha”, disse o prefeito.

O Defensor Público de Chapadinda, Dr. Renan Barros ressaltou que prevenir é a melhor solução e o juiz da Comarca, Dr. Cristiano Simas disse todos precisam se unir para vencer esta guerra.

“A prevenção ao uso de drogas é uma atribuição de cada um no exercício da função. Temos que educar nossos filhos para dizer não às drogas”, afirmou Dr. Cristiano.

# Suspensão de tutela evita a perda de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos do Maranhão

Um pedido de suspensão de tutela deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) garantiu a manutenção dos recursos.

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu uma importante vitória na justiça que evitou um prejuízo potencial de mais de R\$ 1 bilhão à economia do Estado. Um pedido de suspensão de tutela deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) garantiu a manutenção dos recursos.

Em ação movida pelo Município de São Luís, o juiz da 2ª vara da Fazenda Pública de São Luís, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, concedera tutela antecipada para determinar a suspensão dos efeitos da Lei Estadual nº 9.121/2010 e ordenar o repasse à cota-parte do município dos recursos provenientes da receita de ICMS que deveriam ser arrecadados das empresas beneficiadas pelo programa ProMaranhão.

A PGE interpôs um pedido de suspensão de tutela, sus-



**Procurador Marcelo Sampaio destacou que a decisão evitou um prejuízo potencialmente bilionário ao Estado**

tentando lesão à ordem econômica e jurídica e o impacto financeiro negativo aos cofres estaduais que poderia chegar a R\$ 1,385 bilhões em razão da possibilidade de efeito multiplicador da decisão. O pedido

feito pela PGE foi deferido pelo desembargador Cleones Cunha, presidente do TJMA.

“A importância dessa decisão reside no fato de se evitar um prejuízo milionário imediato e potencialmente

bilionário aos cofres do Estado em um momento de delicada crise financeira do país”, avaliou o procurador-chefe da Procuradoria do Contencioso Fiscal da PGE, Marcelo Sampaio.

## **POLITICA**

# Suspensão de tutela evita a perda de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos do Maranhão

*Pag. 03*



**Procurador Marcelo Sampaio destacou que a decisão evitou um prejuízo potencialmente bilionário ao Estado**



## Casamento comunitário

Uma parceria entre o Judiciário maranhense, Polícia Militar e Instituto Soldado Fernandes Pantera garantiu a realização do casamento comunitário que oficializou a união de 50 casais, em que um dos cônjuges é policial militar, além de 20 casais civis. A celebração ocorreu no final da tarde do último sábado (14), no Templo da Assembleia de Deus do Calhau, em São Luís. Cinco magistrados realizaram cerimônia e dois pastores e um padre deram a bênção matrimonial. O evento reuniu cerca de 600 pessoas, entre familiares e convidados dos noivos. Da cerimônia, presidida pelo diretor do Fórum de São Luís, Sebastião Lima Bonfim, participaram também os juízes Clésio Coelho Cunha, José Américo Abreu Costa, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Rosária de Fátima Almeida Duarte. A bênção matrimonial foi dada pelos pastores Daniel Mendes (Assembleia de Deus) e Misael Rocha (capelão da Polícia Militar) e pelo padre Cláudio Corrêa (Paróquia do Cohafuma). Presente também o comandante-geral da PMMA, coronel Frederico Pereira.

## A violência que produz violência



AURELIANO  
NETO  
JUIZ DE DIREITO

Dois fatos que expõem as nossas contradições:

O primeiro: Em 16 de outubro de 2001, Augusto Sátiro de Jesus, 45 anos de idade, empregado de uma rede de restaurantes há 18 meses, foi detido em flagrante delito com uma coxa e sobrecoxa de frango, no interior de sua mochila, com prazo de validade vencido. Sem dinheiro para comprar a comida, segundo a suas declarações, correu o risco de passar pelo crivo da vigilância de seu empregador com o produto do “crime”, avaliado pela polícia em R\$ 0,90. Foi preso por furto qualificado (por abuso de confiança), e, sem assistência de advogado, Augusto permaneceria cerca de 16 dias numa cela de 12 metros quadrados, em companhia de outros 25 homens, num dos distritos policiais da cidade de São Paulo.

O segundo: Duas jovens advogadas paulistanas foram procuradas por um homem negro, acompanhado de uma mulher e de uma criança de colo, numa situação jurídica inusitada, que poderia fazer parte de uma narrativa fantástica, digna de Gabriel Garcia Márquez ou Allan Poe. Condenado à pena de prisão, recebera autorização para passar o fim de semana com a família. Por motivo de doença, apresentara-se ao presídio com atraso. Foi simplesmente impedido de entrar... O funcionário da recepção fechou-lhe arbitrariamente as portas da prisão, deixando-o de fora; portanto, livre. Perplexo e ameaçado de ser considerado fugitivo e, assim, ter o seu prontuário maculado e ter abalado o seu bom comportamento, recorreu às advogadas, que, acostumadas a fazerem pedidos de liberdade, viram-se na insólita contingência que requerer ao juiz a sua prisão, o que, evidentemente, foi

deferida. Dias depois, as advogadas receberam um telefonema de agradecimento, quando souberam que o preso, como retaliação, fora punido com isolamento.

Essas violências praticadas contra os presos são tão antigas, no Brasil e no mundo inteiro, quanto à origem da prisão, isso a partir do momento em que passou a ser adotada como pena, em substituição às sanções de natureza corporal, como a pena de morte, o suplício, o degredo, o açoite, a amputação de membros, galés, trabalhos forçados, confisco de bens. Encarcerar, de início, era o meio, e não o fim da punição. Não havia, por isso mesmo, preocupação com a qualidade da prisão e com a saúde do preso, já que os réus não eram condenados à perda da liberdade. Eram mantidos aprisionados, para aguardar a aplicação de outras punições que não implicavam o cerceamento da liberdade. Só no século XVIII, a pena de prisão sofre alteração quanto ao seu critério de aplicação. Causas: necessidade de aproveitamento do contingente de pessoas economicamente marginalizadas, o racionalismo político e o declínio moral da pena de morte. Desses fatores decorre a alternativa da supressão da liberdade do apenado por tempo determinado. Torna-se a prisão a essência do sistema punitivo, com a finalidade não só de isolar o preso do convívio social, mas recuperá-lo. Como consequência, o cárcere, nessa concepção, deixa de ser um depósito infecto de infratores para assumir a finalidade de um lugar público, regulamentado, higiênico, porém capaz de prevenir o delito e ressocializar aquele que o comete. Essa seria a sua finalidade.

Sustentam os penalistas que a origem da prisão emana das celas eclesiásticas, instituídas pela Igreja Católica, com o fim de punir os religiosos infratores, e ainda das casas de correção do século XVI, na Inglaterra e na Holanda. As celas eclesiásticas ti-

nam a finalidade de estimular as reflexões em torno do pecado, aproximando o pecador de Deus. Em 1764, Cesare Beccaria publica *Dos Delitos e das Penas* e denuncia as atrocidades das prisões, que desumanizavam, ainda mais, o apenado. E ensina que “o fim da pena não é atormentar e afligir um ser sensível”. “Os castigos, para ele, têm por fim único impedir o culpado de ser nocivo futuramente à sociedade e desviar seus condados da sendo do crime”. Em síntese: a pena deve ser proporcional ao delito.

Tanto os países pobres como os ricos vivem graves problemas no seu sistema carcerário, em razão de terem elegido a prisão como a alternativa prioritária de redução da criminalidade. Quando há crises econômica, política, ética, que elevam a criminalidade, o remédio é recorrer-se à punição mais severa: pena mais longa, legitimação do esquadrão da morte, pena de morte, ou redução da responsabilidade penal para 16 ou 14 anos de idade, sob os fundamentos mais irracionais. Os mais radicais, adeptos da lei e da ordem, buscam a solução na mudança do regime, pugnando pelo advento da ditadura castrense.

Darcy Ribeiro, lembrado pela Ministra Cármen Lúcia, disse numa conferência, em 1982, que se os governadores não construíssem escolas, em 20 anos faltaria dinheiro para construir presídios. Vive-se esse drama, profetizado por Darcy. E vive-se mais a tragédia dos assassinatos brutais, em presídios e fora deles. Pior: ainda temos que suportar o presidente golpista da República dizer que a chacina anunciada foi um “acidente pavoroso”, e um dos seus diletos assessores, rotulado de secretário da juventude, afirmar com doentio sarcasmo: “Tinha de ter uma chacina por semana. Eu sou coxinha sobre isso.” Com esses porta-vozes da insensibilidade e do caos, a violência carcerária continuará a produzir mais violência, pois a prisão perdeu a sua finalidade.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2017**  
**PROCESSO Nº 40.712/2016**

**Objeto:** Aquisição de materiais de acondicionamento - caixas de papelão; **Abertura:** 01/02/2017, às 10:00 horas (horário de Brasília); **Local:** Site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 17 de janeiro de 2017.

**André de Sousa Moreno**

Pregoeiro.

Tribunal dá  
prazo a juízes  
para julgarem  
processos de  
réus provisórios  
*P4c1*

# Corregedoria e TJ determinam que juízes criminais concluam e julguem processos de réus provisórios

A corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, e o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, expediram Ofício Circular Conjunto a todos os juízes de competência criminal, determinando que eles procedam à conclusão e julgamento dos processos criminais de réus provisórios no prazo máximo de 60 dias. O documento enfatiza que a conclusão e julgamento desses processos é uma determinação da presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Cármen Lúcia.

O Ofício explica que os juízes devem determinar às suas secretarias que procedam à atualização (alimentação no sistema e conclusão para o magistrado) do Sistema Themis, no prazo de quinze dias, de todos os processos criminais em andamento, com réus provisórios, sob pena de responsabilidade.

**Esforço** - Na última semana, a ministra Cármen Lúcia pediu em reunião com os pre-

Divulgação



**Ministra Carmen Lúcia, Cleones Cunha e Anildes Cruz**

sidentes dos tribunais de justiça de todo o país (exceto Mato Grosso e Rio Grande do Sul) um esforço concentrado para examinar processos de execuções penais dos presos. Tratam-se de ações em que o juiz acompanha o cumprimento da pena, avaliando se o detento pode obter algum benefício ou progressão de regime, por exemplo.

A ministra pediu, ainda, soluções para a crise no sistema carcerário, onde estão ocorrendo mortes e rebeliões, principalmente em estados da região Norte e Nordeste. Nessa reunião, ficou combinado que, até essa terça-feira (17), cada tribunal de justiça estadual deveria apresentar a quantidade de juízes auxiliares e funcionários que se dedica-

rão exclusivamente, pelo prazo de 90 dias, para acelerar a análise desses processos.

O objetivo é verificar se há presos que podem sair do regime fechado para o semiaberto, ou deste para o aberto, bem como aqueles aptos a livramento condicional (liberdade sob certas condições fora da prisão). *(Michael Mesquita – Asscom CGJ)*

# Instituições voltam a discutir sistema prisional maranhense



Divulgação

esforço conjunto para o julgamento dos processos de presos provisórios e também verificar a situação da progressão do regime de pena dos encarcerados.

“O Ministério Público vai continuar atuando nos processos criminais e empreendendo todos os esforços para garantir o cumprimento da lei. Além da preocupação com o quadro do sistema penitenciário nacional, estamos alerta para atuar proativamente na cooperação entre instituições e garantir celeridade nos julgamentos”, avaliou o procurador-geral.

## Autoridades

Também estiveram presentes o presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Cunha; o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz; a corregedora-geral de Justiça, Anildes Cruz; o defensor público-geral, Werther Lima; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; além de magistrados. **(CCOM-MPMA)**

## Encontro contou com a participação de diversas instituições

Foi realizada na manhã dessa quarta-feira, 18, na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, em São Luís, uma reunião com chefes e representantes de instituições que trabalham e fiscalizam o sistema prisional maranhense.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou do encontro, acompanhado por membros da Administração Superior do Ministério Público do Maranhão. Esta foi a segun-

da reunião para debater as ações nos presídios.

A pauta da reunião contemplou, ainda, o julgamento das ações penais nas comarcas, análise dos processos sobre execuções penais dos internos, realização de audiências de custódia e necessidade de abertura de vagas no sistema prisional.

Participaram, ainda, o corregedor-geral do MPMA em exercício, Teodoro Peres; a subprocuradora-geral de jus-

tiça para Assuntos Jurídicos em exercício, Mariléa Costa; os promotores de justiça Cásius Guimarães Chai (promotor-corregedor), José Cláudio Cabral (Centro de Apoio Operacional Criminal) e Reginaldo Júnior Carvalho (assessoria especial do PGJ).

Ao final da reunião, ficou acertado que será feito um

## Governo evita a perda de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos do Maranhão

Divulgação



**Procurador Marcelo Sampaio destacou que a decisão evitou um prejuízo potencialmente bilionário ao Estado**

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu uma importante vitória na justiça que evitou um prejuízo potencial de mais de R\$ 1 bilhão à economia do Estado. Um pedido de suspensão de tutela deferido, na última terça-feira (17), pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) garantiu a manutenção dos recursos.

Em ação movida pelo Município de São Luís, o juiz da 2ª vara da Fazenda Pública de São Luís, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, concedera tutela antecipada para determinar a suspensão dos efeitos da Lei Estadual nº 9.121/2010 e ordenar o repasse à cota-parte do município dos recursos provenientes da receita de ICMS que deveriam ser arrecadados das empresas beneficiadas pelo programa ProMaranhão.

A PGE interpôs um pedido de suspensão de tutela, sustentando lesão à ordem econômica e jurídica e o impacto

financeiro negativo aos cofres estaduais que poderia chegar a R\$ 1,385 bilhões em razão da possibilidade de efeito multiplicador da decisão. O pedido feito pela PGE foi deferido pelo desembargador Cleones Cunha, presidente do TJMA.

“A importância dessa decisão reside no fato de se evitar um prejuízo milionário imediato e potencialmente bilionário aos cofres do Estado em um momento de delicada crise financeira do país”, avaliou o procurador-chefe da Procuradoria do Contencioso Fiscal da PGE, Marcelo Sampaio.

## **Municípios maranhenses assumem campanha contra as drogas**



**Página 2**

# Municípios maranhenses assumem campanha contra as drogas

A Coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre consumo de drogas entre jovens, deputada federal Eliziane Gama (PPS-MA) disse que está muito otimista com o engajamento dos municípios maranhenses na campanha sobre drogas no Maranhão.

“A gente precisa envolver a sociedade. Estamos indo em todas as cidades do Maranhão para apresentar esta campanha. Precisamos de ação sincronizada e articulada em cada município com envolvimento dos órgãos”, afirmou Eliziane Gama.

Esta semana ela esteve em vários municípios e informou que continuará apresentando a campanha nas demais cidades do estado, para depois realizar o lançamento oficial da campanha no Maranhão.

Nas audiências em todos os municípios houve a parti-



cipação de representantes do Ministério Público, Justiça, Polícia Militar, Polícia Civil, Conselhos Tutelares, agentes de saúde, pastores, lideranças religiosas e fazedores de cultura.

O prefeito de Chapadinha-MA, Magno Bacelar parabenizou a deputada Eliziane Gama pelo trabalho desenvolvido no Parlamen-

to e pela iniciativa de promoção da campanha. Ele disse que Chapadinha já está engajada na campanha contra as drogas.

“Temos que lutar e defender nossas famílias. Estamos aqui de braços abertos para contribuir com esta campanha”, disse o prefeito.

O Defensor Público de Chapadinha, Dr. Renan Bar-

ros ressaltou que prevenir é a melhor solução e o juiz da Comarca, Dr. Cristiano Simas disse todos precisam se unir para vencer esta guerra.

“A prevenção ao uso de drogas é uma atribuição de cada um no exercício da função. Temos que educar nossos filhos para dizer não às drogas”, afirmou Dr. Cristiano.

## MARANHÃO

# Governo evita a perda de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu uma importante vitória na justiça que evitou um prejuízo potencial de mais de R\$ 1 bilhão à economia do Estado. Um pedido de suspensão de tutela deferido, na última terça-feira (17), pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) garantiu a manutenção dos recursos. Em ação movida pelo Município de São Luís, o juiz da 2ª vara da Fazenda Pública de São Luís, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, concedera tutela antecipada para determinar a suspensão dos efeitos da Lei Estadual nº 9.121/2010 e ordenar o repasse à cota-parte do município dos recursos provenientes da receita de ICMS que deveriam ser arrecadados das empresas beneficiadas pelo programa ProMaranhão. **Página - 3**

## Governo evita a perda de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos do Maranhão

A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu uma importante vitória na justiça que evitou um prejuízo potencial de mais de R\$ 1 bilhão à economia do Estado. Um pedido de suspensão de tutela deferido, na última terça-feira (17), pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) garantiu a manutenção dos recursos.

Em ação movida pelo Município de São Luís, o juiz da 2ª vara da Fazenda Pública de São Luís, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, concedera tutela antecipada para determinar a suspensão dos efeitos da Lei Estadual nº 9.121/2010 e ordenar o repasse à cota-parte do município dos recursos provenientes da receita de ICMS que deveriam ser arrecadados

das empresas beneficiadas pelo programa ProMaranhão.

A PGE interpôs um pedido de suspensão de tutela, sustentando lesão à ordem econômica e jurídica e o impacto financeiro negativo aos cofres estaduais que poderia chegar a R\$ 1,385 bilhões em razão da possibilidade de efeito multiplicador da decisão. O pedido feito pela PGE foi deferido pelo desembargador Cleones Cunha, presidente do TJMA.

“A importância dessa decisão reside no fato de se evitar um prejuízo milionário imediato e potencialmente bilionário aos cofres do Estado em um momento de delicada crise financeira do país”, avaliou o procurador-chefe da Procuradoria do Contencioso Fiscal da PGE, Marcelo Sampaio.

- A Comarca de Cantanhede e a 2a Vara da Comarca de Codó marcaram para segunda-feira (23) o início de suas correições gerais ordinárias. Nesse esse período, foram suspensos os prazos processuais e as audiências designadas para esse período.

### **Reintegração**

Exonerado sem ter direito ao contraditório e à ampla defesa, o oficial de Justiça Arly Ataíde Lima terá de ser reintegrado ao cargo, segundo decisão do TJ-MA. O Estado também foi condenado a efetuar o pagamento da remuneração do servidor, a partir da data de sua exoneração.

---

## Corregedoria encaminha ações para melhoria do Sistema Carcerário maranhense

Divulgação

Durante reunião, com a participação da Procuradoria-Geral de Justiça, da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Central de Inquérito e 1ª Vara de Execuções Penais, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, abordou a problemática do Sistema Carcerário do Estado e de presos provisórios.

A corregedora determinou aos juízes criminais do Estado que remetam, em 15 dias, os dados atualizados de todos os processos criminais com réus provisórios em andamento, sob pena de responsabilidade. “Iremos ampliar e realinhar o trabalho realizado pela Central de Inquéritos para reduzirmos a quantidade de presos provisórios”, ressaltou a corregedora.

Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), “o controle e o equilíbrio do Sistema Prisional passam pelo cumprimento eficaz das



obrigações do Judiciário e do Estado com seus custodiados, seja na concessão de direitos, ou na execução da pena”, assinalou. Os representantes da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, do Ministério Público e a Defensoria Pública se dispuseram a integrar o esforço conjunto de enfrentamento dos problemas e na busca de melhorias para o Sistema Carcerário.

Também estiveram presentes à reunião – Justino Guimarães (Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ); Flávio Soares e Janaína Carvalho (juizes – Central de

Inquéritos); Reginaldo Carvalho (PGJ); Emanuel Accioly, Vinicius Goulart e Caroline Nogueira (Defensoria Pública); Cássius Chán (promotor de justiça corregedor); Sebastião Bonfim (Diretor do Fórum da Capital); Ana Maria (juíza da 1ª VEP); Murilo Andrade (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária); Lawrence Melo (delegado geral da Polícia Civil); e os juízes auxiliares da Corregedoria José Américo (Infância e Juventude), Gladiston Cutrim (Planejamento Estratégico) e Rosângela Prazeres (Correições judiciais).

## **Presidentes do TCE e do TJMA fortalecem diálogo interinstitucional**

O Maranhão fechou 2016 com salto positivo nas exportações de couro, segundo dados divulgados nesta semana pelo Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (Cicb). De acordo com os números, o Maranhão continua sendo o 13º maior exportador do país e o 4º maior do Norte/Nordeste.

Em 2014, as exportações maranhenses somavam US\$ 3.587.867 (valor FOB). Em 2016, esse número passou para US\$ 4.043.858 (valor FOB), alta de 12,7%. Além disso, o Maranhão foi um dos únicos seis estados que teve uma variação positiva no período. O Rio Grande do Sul, maior exportador do produto, acumulou queda de mais de 28% entre janeiro de 2014 a dezembro de 2016.

O incremento nas exportações do couro maranhense se deve, principalmente, às ações de fomento que estão sendo desenvolvidas no setor desde janeiro de 2015. Incentivos fiscais e, principalmente, capacitação de mão de obra local são exemplos de ações que a Secretaria de Indústria e Comércio está implementando em Ribeirãozinho, principal polo coureiro do estado.

Outra importante ação que está fortalecendo o setor coureiro é a qualificação da mão de obra. Desde junho de 2016, Ribeirãozinho conta com uma escola voltada para a qualificação dos moradores, o Iema Couros.



DIVULGAÇÃO

A servidora do TJ-MA Rachel Araújo teria morrido após usar o Noz da Índia como remédio para emagrecer

## “Noz da Índia” é suspensa no MA após morte de funcionária do TJ

PÁG. 1 [C2]

# Morte de servidora do TJ-MA alerta para os riscos do uso de Noz da Índia como emagrecedor

*Vigilância Sanitária Estadual suspendeu comercialização do medicamento*

**NELSON MELO**

Emagrecer é um desejo que permeia a mente de mais de 60% das brasileiras, mas essa preocupação com o peso pode se tornar um perigo quando se utiliza alguns produtos naturais para esse propósito. Recentemente, uma servidora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) teria morrido, conforme seus familiares, provavelmente, por conta do consumo de Noz da Índia, que é facilmente encontrado em bancas e farmácias da capital maranhense.

O produto seria comercializado em vários pontos da região central de São Luís, como, por exemplo, na Praça Deodoro, onde bancas instaladas no local, segundo denúncias feitas à reportagem do **Jornal Pequeno**, oferecem o emagrecedor natural, sem a exigência sequer de uma orientação médica. Bastaria chegar à barraca com o dinheiro em mãos e comprar a Noz da Índia, que é uma semente cujo nome científico é *Aleuritesmoluccana*, da família *Euphorbiaceae*. Ou, então, pela internet.

Cabe ressaltar que a semente não tem registro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por não ter sua composição, risco e segurança comprovados. Segundo especialistas no assunto, existem atualmente no mercado dois produtos sendo vendidos como Noz da Índia. Porém, um deles é extremamente tóxico para o organismo humano. A noz falsa tem o nome de *Thevetiaperuviana*. E, quando associada a outro medicamento, pode desencadear eventos graves para a saúde e que podem levar à morte.

A Noz da Índia verdadeira tem as seguintes características: cor esbranquiçada, um pequeno talo na ponta e casca felpuda. A sua eficácia no emagrecimento, contudo, acaba sendo comprometida por sérios e graves riscos à saúde de quem a consome.

A servidora do TJ/MA Rachel Cristina Ferreira Araújo, de 54 anos, pode ter sido mais uma vítima dos efeitos colaterais devastadores da semente. Ela morreu na quinta-feira passada (12), na Unidade Intermediária do Hospital Nina Rodrigues, em São Luís.

Segundo um relatório sobre o falecimento

de Rachel assinado por Marizélia Rodrigues Costa Ribeiro – que é médica pediatra, professora da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), mestre em Saúde e Ambiente e doutora em Políticas Públicas –, que é cunhada da vítima, no dia 6 deste mês, a funcionária do Tribunal de Justiça apresentou ao menos cinco episódios de fezes líquidas, sem sangue. Mas, concomitantemente, teve dor abdominal e vômitos.

O irmão de Rachel Cristina – que era formada em Biblioteconomia pela Ufma –, o professor de Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão Ed Wilson Araújo, conversou com a reportagem do **JP** ontem (18) e relatou que ela estava consumindo o produto há cerca de dois meses antes do óbito, sendo que o frasco contendo as sementes foi comprado em uma farmácia naturista localizada na Rua de Santana, região central da capital.

A servidora do TJ “emagreceu” entre 10 a 15kg após o uso da Noz da Índia, mas os efeitos colaterais decorrentes da ingestão foram devastadores, como, por exemplo, diarreias constantes e dores abdominais terríveis. Ela utilizava o produto, mas a família não tinha conhecimento, sendo que Rachel, sempre que indagada, respondia se tratar de outra medicação. Por duas vezes, disse o professor universitário, ela foi levada às pressas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Vinhais, e, no dia 11 deste mês, foi internada. No dia seguinte, faleceu no Nina Rodrigues.

A médica legista do Serviço de Verificação de Óbito (SVO), do Instituto Médico Legal (IML) de São Luís, que preencheu o Atestado de Óbito, conforme citado no relatório assinado pela cunhada da vítima, mostrou que houve choque hipovolêmico, hemorragia digestiva, infarto mesentérico, hipertensão arterial, esteatose hepática e congestão passiva do fígado.

Ed Wilson lembrou que sua irmã foi sepultada no Cemitério do Gavião, na Madre Deus, na capital, e morava com sua mãe, era solteira e não tinha filhos.

## **AUXÍLIO JUNTO ÀS SECRETARIAS DE SAÚDE**

O professor de Comunicação Social contou que procurou auxílio junto à

Secretaria de Estado da Saúde (SES) na terça-feira (17), por volta das 17h, no setor de Vigilância Epidemiológica, onde protocolaram o relatório descrito pela médica pediatra Marizélia Rodrigues, a fim de buscar soluções para o caso. Ele também compareceu à Secretaria Municipal de Saúde (Semus), para que um esforço conjunto entre os dois órgãos seja realizado, a fim de combater a comercialização ilegal da Noz da Índia.

Conforme Ed Wilson, o produto é comprado sem nenhuma dificuldade, a preços que variam de R\$ 28 a R\$ 35, sendo que em um frasco contém aproximadamente oito sementes, sem nenhuma informação sobre a mercadoria e sem o registro obrigatório da data de validade. Com a repercussão da morte de sua irmã, pessoas que comercializavam esse tipo de produto em São Luís teriam recolhido a mercadoria das prateleiras, e até evitado comentar sobre o assunto.

## **INTOXICAÇÃO PELO USO DA NOZ DA ÍNDIA**

O Centro Integrado de Vigilância Toxicológica (CIVITOX), da Superintendência Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, vinculada à Secretaria de Saúde do Mato Grosso do Sul, descreve que a Noz da Índia é também chamada de Nogueira de Iguape, Nogueira da Índia, Castanha Purgativa, Noz das Moluscas ou Pinhão das Moluscas. O seu uso, segundo o órgão, é divulgado na internet para emagrecimento por suas propriedades laxativas, mas existem referências que citam sua toxicidade, sobretudo das sementes não processadas, que contêm saponinas e forbol. Os sintomas ocorrem após 20 a 40 minutos depois de sua ingestão, como náuseas, vômitos, cólicas abdominais violentas, diarreia – que evolui para sede intensa, secura nas mucosas, letargia e desorientação. Nos casos mais graves, de acordo com o Centro de Vigilância Toxicológica, ocorre desidratação acentuada, dilatação das pupilas, taquicardia, respiração irregular e aumento da temperatura corporal. O órgão pontua que o fato de o paciente perder peso não significa que está emagrecendo, pois perde conteúdo importante para o organismo, como água e eletrólitos.

Divulgação



A servidora do TJ-MA, Rachel Araújo, teria morrido após usar o Noz da Índia como remédio para emagrecer

## **VIGILÂNCIA SANITÁRIA ESTADUAL SUSPENDE VENDA DA NOZ DA ÍNDIA**

A Superintendência de Vigilância Sanitária do Maranhão (Suvisa) determinou a suspensão da comercialização do produto Noz da Índia, tendo em vista os relatos recentes de pessoas doentes e uma notificação de óbito, em investigação. A Suvisa informou que o produto, indicado para emagrecimento, não possui comprovação da eficácia e da segurança do seu uso, além de não possuir registro no Ministério da Saúde.

A Superintendência alertou, também, para a suspensão imediata do consumo da Noz da Índia. Nos casos de pessoas que adoeceram após uso do produto, as autoridades sanitárias do município ou do Estado devem ser notificadas para as providências cabíveis. Por fim, a Superintendência esclareceu que, por se tratar de produto sem registro, os estabelecimentos que estão comercializando a Noz da Índia estarão sujeitos às penalidades sanitárias previstas em lei.



Frasco de Noz da Índia comprado pelo irmão de Rachel, facilmente, em farmácia no Centro

## RECOMENDAÇÕES AOS CONSUMIDORES

- Peça orientação de seu nutricionista ou médico para identificar produtos seguros e regularizados pela Anvisa;
- Desconfie se o produto for “bom demais para ser verdade”. Ter um corpo definido e emagrecer nem sempre é rápido ou fácil, principalmente de forma saudável;
- Consumidores que adquiriram produtos com DMAA (substância presente em alguns suplementos alimentares) na composição devem buscar orientação na autoridade sanitária local sobre a destinação adequada.

Temendo “efeito multiplicador e prejuízo superior a R\$ 1 bilhão”

# GOVERNO BLOQUEIA, NA JUSTIÇA, REPASSE DE COTA-PARTE DE ICMS À PREFEITURA DE S. LUÍS

“A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu uma importante vitória na justiça, que evitou um prejuízo potencial de mais de R\$ 1 bilhão à economia do Estado”, disse, ontem, o procurador-chefe da Procuradoria do Contencioso Fiscal da PGE, Marcelo Sampaio, ao referir-se a um pedido de suspensão de tutela deferido, na última terça-feira (17), pelo Tribunal de Justiça do Estado, contra a Prefeitura de São Luís.

**PÁG. 2 [C1]**

## **Governo bloqueia, na Justiça, repasse de cota-parte de ICMS à Prefeitura de SL**

“A Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA) conseguiu uma importante vitória na justiça, que evitou um prejuízo potencial de mais de R\$ 1 bilhão à economia do Estado”, disse, ontem, o procurador-chefe da Procuradoria do Contencioso Fiscal da PGE, Marcelo Sampaio, ao referir-se a um pedido de suspensão de tutela deferido, na última terça-feira (17), pelo Tribunal de Justiça do Estado que garantiu a manutenção dos recursos.

Explicou Sampaio que em ação movida pelo Município de São Luís, o juiz da 2ª vara da Fazenda Pública, Carlos Henrique Rodrigues Veloso, havia concedido tutela antecipada para determinar a suspensão dos efeitos da Lei Estadual nº 9.121/2010 e ordenar o repasse à cota-parte do município dos recursos provenientes da receita de ICMS que deveriam ser arrecadados das empresas beneficiadas pelo programa ProMaranhão.

A PGE interpôs um pedido de suspensão de tutela, sustentando “lesão à ordem econômica e jurídica e o impacto financeiro negativo aos cofres estaduais, que poderia chegar a R\$ 1,385 bilhão, em razão da possibilidade de efeito multiplicador da decisão”. O pedido feito pela PGE foi deferido pelo desembargador Cleones Cunha, presidente do TJMA.

“A importância dessa decisão reside no fato de se evitar um prejuízo milionário imediato e potencialmente bilionário aos cofres do Estado em um momento de delicada crise financeira do país”, avaliou Marcelo Sampaio.